

UNIVERSIDADE INCLUSIVA:

RETROSPETIVA E PROSPETIVA NO CONTEXTO U.P.

ALICE RIBEIRO¹

BRUNO GIESTEIRA²

1. SOCIEDADE E UNIVERSIDADE INCLUSIVA

Segundo o Eurostat, 11% da atual população Europeia possui um qualquer tipo de deficiência, prevendo-se que em 2030, a mesma atinja os 17%. Existem atualmente 80 milhões de pessoas na Europa com mais de 60 anos, aumentando este número para 100 milhões até 2020.

Numa Europa envelhecida, e em que os contextos de uso de produtos e serviços de acesso à informação são cada vez mais diversificados, a Universidade, como agente socioeconómico privilegiado pela multiplicidade de saberes e recursos tecnológicos, deve liderar linhas de ação inovadoras, do

¹ Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

² Professor Auxiliar da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto; investigador da Fraunhofer Aicos;

ensino à investigação, capazes de promover o equitativo acesso à informação, contribuindo para uma equilibrada e mais justa sociedade do conhecimento.

2. RESENHA EVOLUTIVA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Em 2001, partindo do esforço desenvolvido por um grupo de trabalho informal de universidades públicas nacionais (onde se incluía a Universidade do Porto e que mais tarde deu origem ao Grupo de Trabalho de Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior – GTAEDDES), a U.P. aprova pela primeira vez um conjunto de disposições específicas para a frequência e avaliação de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que foram adotadas por cada faculdade. Sem grandes repercussões na Academia até 2004, estas diretrizes foram contudo pioneiras na sensibilização dos docentes e técnicos, bem como no incentivo a uma reflexão e análise mais depuradas sobre o tema por cada Unidade Orgânica(UO).

O ano de 2004 assinalou um período de viragem na U.P. e mesmo – como conseguimos aferir nessa altura – na sociedade portuguesa. Foram assinados protocolos que formalizaram a constituição do Grupo de Trabalho de Apoio aos Estudantes com Deficiência do Ensino Superior (GTAEDDES), assim como a relação entre este, a Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e a Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC). Estas iniciativas estiveram na génese do projeto “Biblioteca Aberta do Ensino Superior” (BAES) e do primeiro levantamento nacional sobre o número de estudantes com NEE no ensino superior que teve início em 2006/07.

O Prof. Doutor. Marques dos Santos, então Vice-Reitor, agilizou, por parte da U.P., a assinatura destes protocolos e destacou o Serviço de Apoio aos Estudantes com Deficiência (SAED) para representar a Universidade no grupo de trabalho (GTAEDDES).

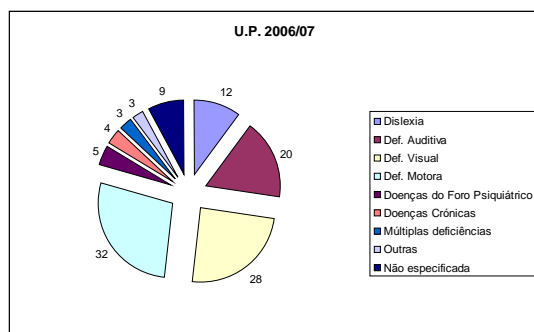
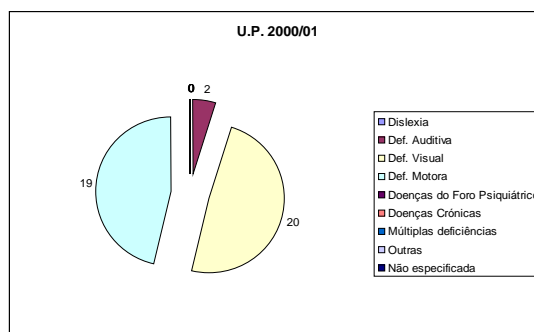
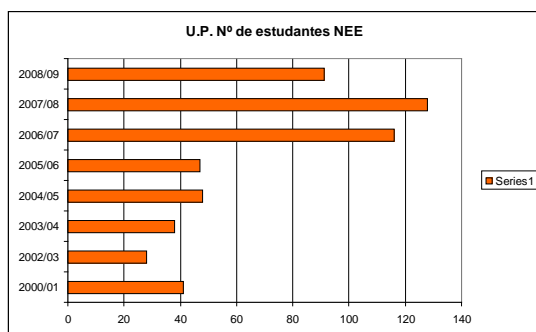
No verão de 2007, o Prof. Doutor. Marques dos Santos, já como Reitor, solicitou a cada UO a designação de um responsável pelo acolhimento e acompanhamento dos estudantes com NEE, tendo-se assim constituído uma rede de apoio a estes estudantes, que intensificou a cooperação e o trabalho conjunto. Passou a ser possível, entre outros aspetos, uma maior fiabilidade do levantamento estatístico do número de estudantes com deficiência, assim como a cooperação institucional a vários níveis. Os problemas de integração dos estudantes com NEE passaram a ser tratados de forma mais próxima e resolutiva.

Em 2008 foi aprovado o Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais (EENEE)³ que constituiu um decisivo manifesto de intenções para uma Universidade mais inclusiva pontuado, desde março de 2009, pela equipa Reitoral de então com a atribuição de um orçamento anual de 50.000 Euros para ajudas técnicas (produtos e serviços) aos estudantes. A Universidade do Porto sustentava assim financeiramente os compromissos então assumidos aquando da publicação do EENEE.

³ Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais da Universidade do Porto

3. DADOS ESPECÍFICOS DE ESTUDANTES COM NEE NA U.P.

A frequência de pessoas com NEE na Universidade do Porto sempre existiu, havendo registos de estudantes cegos já nos anos 70. No entanto, a organização de apoio a estes estudantes iniciou-se no fim dos anos 80 princípio dos anos 90, precisamente com estudantes cegos e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por iniciativa da Associação de Estudantes da mesma. O registo destes estudantes começou a fazer-se a partir de 1997. Até então este grupo, quase exclusivamente constituído por cegos e amblíopes, era “invisível” face à instituição, vendo-se obrigado a procurar formas de ultrapassar as barreiras de um sistema de ensino-aprendizagem que não considerava a diferença.



Sem grande apoio institucional, este grupo, em conjunto com a Associação de Estudantes, organizou-se no sentido de introduzir as inovações técnicas que começavam então a surgir para o apoio a pessoas com NEE. Assim, o caminho passou pela aquisição de novas tecnologias e a formação dos estudantes na utilização das mesmas de forma a, autonomamente, poderem dar resposta às solicitações do sistema de ensino em que estavam integrados. Ou seja, face a um meio hostil que não reconhecia as NEE de alguns dos seus membros, a opção foi pelo desenvolvimento de estratégias diferentes por parte dos estudantes com NEE para poderem cumprir com os requisitos exigidos aos demais estudantes: uma frequência com sucesso.

Felizmente que todo o sistema foi mudando. Se, por um lado, mudaram os estudantes – começaram a chegar ao ensino superior outras NEE, resultantes de paralisia cerebral, surdez, doenças crónicas, doenças do foro psicológico –, por outro lado, também mudaram os paradigmas na educação e no meio social.

O modo como a sociedade humana tem encarado a diferença influenciou significativamente o desenvolvimento das políticas educativas essencialmente dirigidas à inclusão da deficiência. Assim, de uma escola tradicional, onde a deficiência é remetida para instituições específicas, evoluiu-se para uma escola integrativa, na qual a diferença se adapta. Hoje, procura-se alcançar uma escola inclusiva, que produza a igualdade e que considere a heterogeneidade

do seu público, ou seja, que responda à diferença de forma apropriada, com equidade e com qualidade. (Pires, 2007)⁴

Desprovida de meios humanos e com o ensino a apostar fortemente nas novas tecnologias de comunicação e informação, a U.P. tratou de organizar o seu apoio aos estudantes com NEE assente em duas vertentes: aquisição de tecnologia adaptada às NEE e formação dos estudantes na utilização das mesmas. Curiosamente, pelo menos na Faculdade de Letras da U.P., foram os estudantes com NEE os primeiros a utilizar o computador como instrumento de trabalho no dia a dia, algo que na época se traduziu em mais um elemento diferenciador em relação aos outros estudantes, pois só mais tarde o uso do computador se generalizou.

Meios técnicos disponíveis para estudantes NEE:

| 2000/01 | 2008/09 |
|----------------------|---------------------------------|
| SOFTWARE | SOFTWARE |
| 1 JAWS 3.5 | 11 LICENÇAS JAWS FOR WINDOWS, |
| 1 WINDOW BRIDGE 2.53 | VERSÃO 10 |
| 1 SUPERNOVA | 2 LICENÇAS OPENBOOK, VERSÃO 7.2 |
| 1 OMIPAGE 8 | 5 LICENÇAS MAGIC FOR WINDOWS, |

⁴ Pires, Lília Aguardenteiro - A caminho de um ensino superior inclusivo? A experiência e perceções dos estudantes com deficiência: um estudo de caso. Lisboa:[Edição de Autor], 2007

| | |
|--|--|
| <p>1 RECOGNITA 4.0</p> <p>1 HALL 4.5</p> | <p>VERSÃO 11</p> <p>1 LICENÇA SUPERNOVA, VERSÃO 5</p> <p>1 OVERLAY MARKER</p> <p>1 GRID</p> <p>1 TATAIB</p> <p>1 WINBRAILLE</p> |
| <p>HARDWARE</p> <p>1 IMPRESSORA BRAILLE INDEX EVEREST</p> <p>1 LINHA BRAILLE (40 CARATERES)</p> <p>1 MAGNILINK</p> | <p>HARDWARE</p> <p>1 IMPRESSORA BRAILLE CONVENCIONAL</p> <p>1 IMPRESSORA BRAILLE DE RELEVOS</p> <p>1 IMPRESSORA BRAILLE PORTÁTIL</p> <p>2 SCANNERS DE MESA</p> <p>2 TERMINAIS BRAILLE, UM DOS QUAIS PARA USO PORTÁTIL</p> <p>1 AMPLIADOR DE DOCUMENTOS PORTÁTIL</p> <p>1 AMPLIADOR MAGNILINK PARA SECRETÁRIA</p> <p>1 PAGE TURNER COM ACESSÓRIOS</p> <p>1 TRACKBALL</p> <p>1 MANÍPULO</p> <p>1 INTERFACE INPROMAN</p> <p>1 BRAÇO ARTICULADO</p> <p>1 TRACKER</p> |

| | |
|---|---|
| | 1 TECLADO DE CONCEITOS 1 FROGPAD (TECLADO DE ESCRITA FÁCIL) |
| 2 POSTO DE TRABALHO ADAPTADOS PARA DEF. VISUAIS, SENDO QUE UM TINHA E ACESSO À INTERNET . | 4 COMPUTADORES PORTÁTEIS PARA EMPRÉSTIMO, EQUIPADOS COM SOFTWARE DE LEITURA DE ECRÃ E ACESSO À REDE SEM FIOS DA FLUP. 2 POSTOS DE TRABALHO ADAPTADOS E COM ACESSO À INTERNET |

Os gráficos, bem como a tabela apresentada, permitem verificar a evolução das NEE, a evolução do apoio facultado e a importância que a inclusão destas minorias tem vindo a adquirir no seio da U.P.

Paralelamente ao desenvolvimento dos apoios específicos, e acompanhando a legislação nacional dedicada a estes temas⁵, verificou-se uma preocupação da Universidade em tornar acessíveis as suas infraestruturas físicas (edifícios das UO e equipamentos de utilização comuns como cantinas, residências, etc.) e de acesso à informação.

⁵ Legislação sobre acessibilidade física e à informação produzida desde 2000:

<http://www.inr.pt/category/1/6/acessibilidade>

4. ACESSO À INFORMAÇÃO: INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA

Observa-se na Universidade e na sociedade civil em geral permanentes resistências em pensar e conceber de forma inclusiva “sistemas, produtos, ou espaços interativos criativos e funcionais” (Winograd, 1991). A Web como ambiente tecnológico de características próprias ao nível do contexto de uso e arquitetura de informação, simultaneamente democratizadora na produção e partilha de conteúdos, agrega um vasto conjunto de projetos inadequados ao nível da interoperabilidade entre sistemas e multimodalidade de ações, requisitos no entanto fundamentais para a acessibilidade on-line.

A U.P., em conjunto com mais oito instituições de ensino superior público (Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa), apresentou em 2008 a infraestrutura “Biblioteca Aberta do Ensino Superior” (BAES) como sendo uma biblioteca que disponibiliza informação em formato acessível, garantindo o acesso à mesma e promovendo a sua partilha. Recentemente analisámos esta infraestrutura BAES, perspetivando os atuais formatos em que se disponibilizam os conteúdos on-line e, simultaneamente, estudando formas alternativas de estruturar e apresentar a informação dos documentos com vista a otimizar a multisensorialidade e, conseqüentemente, a acessibilidade na Web.

A BAES tem como objetivo primordial criar conteúdos transversais e “abertos”, que atendam às especificidades do maior número possível de utilizadores e diferentes contextos de utilização. A maior parte dos conteúdos produzidos são atualmente disponibilizados em formato “.PDF” e “.RTF”, existindo também documentos em Braille e áudio. Os documentos “.PDF” que em maioria proliferam na Web não possuem qualquer estrutura e muitos deles são produzidos a partir de imagens digitalizadas. Este tipo de documentos constitui uma barreira para, designadamente, utilizadores cegos ou em contextos de uso que impliquem dificuldades na visualização de um display. No entanto, um documento “.PDF” pode tornar-se acessível se, no seu processo de conceção, forem tidos em consideração alguns princípios essenciais, como a introdução de Tags e de descrições textuais de imagens. Pode assim criar-se um documento navegável e pesquisável, com uma estrutura que permita ordenar os conteúdos de forma lógica.⁶ Embora os “.PDF’s” produzidos pela BAES aproveitem ao máximo as potencialidades deste formato ao nível da acessibilidade, iniciámos desde cedo o estudo de formatos alternativos que proporcionem uma leitura multissensorial e diferentes opções de visualização dos conteúdos académicos, nomeadamente por meios alternativos (visuais; sonoros; tácteis), com o objetivo de tornar a BAES cada vez mais inclusiva.

Criar conteúdos que atendam às necessidades do maior número possível de utilizador independentemente das especificidades individuais e/ou ambientais,

⁶ No sítio PLACES - Plataforma de acessibilidade (WWW.up.pt/places) poderá encontrar tutoriais simples que ajudam na construção de informação acessível.

sendo desde sempre o leitmotiv do projeto BAES, assumiu-se como um enorme desafio que conduziu e motivou a prossecução do nosso trabalho também ao nível da investigação. Já em 2007 apostamos no formato internacional DAISY (Digital Accessible Information System)⁷ que potenciou o desenvolvimento de conteúdos com uma estrutura navegável e pesquisável, permitindo a interligação de várias linguagens de notação, assim como uma nova dimensão semântica dos conteúdos on-line e uma abordagem da leitura realmente multissensorial e acessível.

Os “Digital Talking Books” – DTB – são a representação multimédia de conteúdo impressos, fornecendo uma base estruturada em XML, que proporciona ao utilizador maior liberdade para se movimentar de forma interativa e dinâmica.

Este tipo de conteúdos, permitem uma maior estabilidade ao nível da arquitetura da informação, relacionando e explorando, simultaneamente, diferentes tipologias de informação textual, sonora e imagética através de linguagens de notação como o SVG (Scalable Vectorial Graphics); SMIL (Synchronized Multimedia Integration Language); MathML (Mathematical Markup Language), facilitando a personalização e adaptação do desenho de informação às necessidades do utilizador. Atualmente, 2014, continua a manter-se o objetivo de trabalhar sobre uma estrutura estável mas suficientemente aberta à inovação do design de informação em consonância

⁷ <http://www.daisy.org/>

com as necessidades especiais dos potenciais leitores para as diferentes áreas científicas.

5. BALANÇO E PROSPETIVAS

A primeira década do séc. XXI significou, sem dúvida, para a U.P., uma evolução muito interessante em direção a um ensino mais inclusivo. Foi uma década de experiências positivas, de ações e reflexões sobre as questões de inclusão acompanhadas de iniciativas nacionais e internacionais a favor da inclusão e da acessibilidade para todos. Ao nível quer da Investigação, quer do apoio direto aos estudantes, verificou-se um claro investimento da Universidade em iniciativas nestas áreas, algumas já em desenvolvimento e outras ainda em projeto. Sentimos que a Universidade passou por um processo de mudança de perspetiva muito importante, abandonando a ideia de acessibilidade pensada para uma minoria e enveredando, cada vez com mais determinação, pelo design inclusivo de produtos e serviços num contexto de investigação aplicada num ensino universal.

Referências

PIRES, Lília Aguardenteiro (2007), *A caminho de um Ensino Superior inclusivo? A experiência e percepções dos estudantes com deficiência: um estudo de caso*. Lisboa [Ed. Autor]

WINOGRAD, T. (1991) "*Thinking machines: Can there be? Are We?*", in J. Sheehan and M. Sosna, eds., *The Boundaries of Humanity: Humans, Animals, Machines*, Berkeley, University of California Press, pp. 198-223